

Apresentação

A revista *Desenvolvimento em Questão*, vinculada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Desenvolvimento Regional da Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (Unijuí), está publicando a edição correspondente ao volume 16, número 44, referente ao período julho-setembro de 2018.

Disponibilizamos esta nova edição aos colaboradores diretos (autores, avaliadores e membros do Conselho Editorial), programas e instituições parceiras, bem como ao público que a acessa livremente no portal eletrônico da Revista ou pelos portais de indexação/repositório da Redalyc – *Red de Revistas Científicas de América Latina y el Caribe, España y Portugal*; da Latindex – *Sistema Regional de Información en Línea para Revistas Científicas de América Latina, el Caribe, España y Portugal*; da *Spell® Scientific Periodicals Electronic Library*; do Doaj – *Directory of Open Access Journals* e da Redib – *Red Iberoamericana de Innovación y Conocimiento Científico*, ou ainda nos diretórios *Revistas no Seer*, Portal de Periódicos da Capes e Portal da Rede Cariniana, reforçando o compromisso da Revista em estimular o debate, a reflexão e a socialização de conhecimentos relacionados ao tema do desenvolvimento.

Nesta edição são publicados 20 artigos, envolvendo ao todo 55 autores e coautores, nenhum deles mantendo vínculo com a Unijuí, instituição que responde pela manutenção da Revista. Entre os autores, 35 são doutores, 10 estão cursando Doutorado, 4 são mestres, 4 são alunos de Mestrado, 1 é graduado e 1 é aluno de curso de Graduação. A distribuição dos autores, por vínculo institucional, pode ser conferida no quadro a seguir:

Autores	Vínculo Institucional
5	Universidade Federal de Lavras – Ufla/MG
5	Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR/PR
4	Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul – UEMS/MS
3	Universidade Federal de Santa Maria – UFSM/RS
3	Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN/RN
3	Universidade Federal do Pampa – Unipampa/RS
3	Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC/BA
3	Fundação Universidade Regional de Blumenau – Furb/SC
3	Universidade Feevale – Feevale/RS
2	Universidade Federal de Alfenas – Unifal/MG
2	Universidade de Brasília – UnB/DF
2	Universidade Federal de Campina Grande – UFCG/PB
2	Universidade de Santa Cruz do Sul – Unisc/RS
2	Centro Universitário de Maringá– Unicesumar/PR
2	Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS/PR
1	Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS/RS
1	Universidade Federal de Pernambuco – UFPE/PE
1	Universidade Federal de Roraima – UFRR/RR
1	Universidade Federal do Tocantins – UFT/TO
1	Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC/SC
1	Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC/BA
1	Instituto Federal de Mato Grosso do Sul – IFMS/MS
1	Instituto Federal do Rio Grande do Sul – IFRS/RS
1	Universidade do Vale do Rio dos Sinos – Unisinos/RS
1	Universidade do Contestado – UnC/SC
1	Centro Universitário de Formiga – UNIFORMG/MG
1	Universidad de Oviedo, Espanha

Por unidade da Federação são 14 autores do Rio Grande do Sul, 9 do Paraná, 8 de Minas Gerais, 5 de Santa Catarina, 5 do Mato Grosso do Sul, 3 da Bahia, 3 do Rio Grande do Norte, 2 da Paraíba, 2 do Distrito Federal, 1 do Tocantins, 1 de Pernambuco, 1 de Roraima e 1 da Espanha.

Utilizo afirmações constantes dos comentários dos avaliadores para apresentar o artigo de Benedito Silva Neto, que faz a abertura desta edição. Segundo um dos avaliadores, “o trabalho é bastante original em propor uma releitura do conceito da renda diferencial, já consolidado na abordagem marxista tradicional, porém com novas preocupações teóricas e metodológicas”, sugerindo que “sua publicação tem a possibilidade de fomentar um debate importante na economia política, com destaque para a ideia de aplicar o cálculo marginalista e o esforço de formalizar proposições marxistas, o que pode render um diálogo posterior com leitores adeptos do materialismo histórico ‘tradicional’ e, ao mesmo tempo, constituir-se em fonte potencial de polêmica, no sentido positivo, ao propor uma noção mais aberta de renda diferencial, que não se relaciona unicamente a problemas de fertilidade ou localização, mas à aplicação mais geral de mesmas quantidades de trabalho em condições que proporcionam diferentes quantidades de produto”. O outro avaliador comenta que o artigo “avança no estudo da formação dos preços e rendas diferenciais à luz da teoria marxista, apoiando-se em ampla e sofisticada análise algébrica, em perspectiva formal, perfazendo uma crítica às abordagens neoclássicas (e, até certo ponto, aos marxistas também) por sonegarem o fator renda diferencial na composição dos preços e conceberem apenas o vetor oferta e fatores de produção, ocultando o valor do trabalho social”.

Na sequência, o artigo de Walter Marcos Knaesel Birkner e Sandro Luiz Bazzanella procura promover uma apreciação das abordagens introdutórias da Sociologia, que conferem maior ênfase à distribuição imperfeita dos recursos do que aos fatores responsáveis pela sua produção. De acordo com tal abordagem sociológica, o capitalismo industrial foi capaz de multiplicar a produtividade e deteriorar as condições sociais, emergindo daí o compro-

misso da Sociologia em denunciar a desigualdade, gerando historicamente o discurso do *Welfare State*. A materialização dos pressupostos distributivistas, no entanto, depende da produção, gerando a ambiguidade de uma ordem política que precisa, a um tempo, extrair do agente produtivo e não desestimular a produtividade. Para os autores, então, produtividade, inovação e empreendedorismo, aliados à educação, ciência e tecnologia, tornam-se prioritários na agenda estatal, justificando o esforço sociológico na compreensão de fatores capazes de responder às necessidades produtivas da sociedade e do próprio Estado de bem-estar.

No terceiro artigo, Allisianne Krystina Saraiva de Figueiredo, Mônica de Moura Pires, Andréa da Silva Gomes e Fernando Rubiera Morollón analisam o desenvolvimento do Território Sudoeste Baiano (TSB) sob a perspectiva multidimensional, identificando as disparidades e semelhanças entre os municípios que o compõem, partindo de uma revisão da literatura baseada em teorias de economia regional e desenvolvimento desigual entre as regiões, constatando uma grande concentração do crescimento econômico e do desenvolvimento no município de Vitória da Conquista, principal centro urbano do Território. Em todas as dimensões analisadas os municípios integrantes do TSB apresentaram uma dinâmica econômica pouco expressiva, associada ao baixo desempenho em indicadores sociais, resultando em um desenvolvimento desigual e heterogêneo. O artigo de Leandro Rivelli Teixeira Nogueira, Ricardo Pereira Reis, Sabrina Soares da Silva e Deive Ciro de Oliveira também aborda questões relacionadas ao desenvolvimento de municípios mineiros, neste caso localizados no sul do Estado. Considerando que em torno de 80% dos municípios brasileiros são essencialmente rurais, os autores entendem que o desenvolvimento local, nestes casos, passa necessariamente pelo desenvolvimento rural, com esforços e ações direcionados prioritariamente ao fortalecimento da agricultura familiar. Com isso presente, o estudo procurou avaliar, na opinião dos agricultores familiares, em que medida as ações voltadas à agricultura familiar contribuem com o desenvolvimento em municípios da região sul de Minas Gerais.

As definições de poder de Foucault, Elias e Bourdieu representam o ponto de partida teórico do artigo de Lia de Azevedo Almeida e Ricardo Corrêa Gomes. Considerando o poder algo que depende das relações estabelecidas e que é simbólico, os autores buscaram analisar o caso da formulação da Política Nacional de Resíduos Sólidos, que foi marcado por disputas de interesses que fizeram com que o processo legislativo durasse quase 20 anos, na perspectiva de identificar como os atores que participaram das audiências públicas exerceram poder buscando influenciar a construção da política, especialmente no que diz respeito a dois pontos considerados inovadores: a responsabilidade compartilhada e a inclusão dos catadores na gestão de resíduos, utilizando-se do método da análise crítica do discurso. O artigo de Marlucey Apodonepa Constantino, Cleci Grzebieluckas, Josiane Silva Costa dos Santos, Andreia Rezende da Costa Nascimento e Magno Alves Ribeiro, por sua vez, voltou-se à identificação dos valores atribuídos aos bens e serviços ambientais de acordo com os diferentes métodos de valoração ambiental existentes na literatura. Já o texto de Mauro Barcellos Sopena e Tiago Zardin Patias explora e examina experiências recentes sobre a produção de leite em assentamentos da reforma agrária no município de Santana do Livramento, Estado do Rio Grande do Sul, tomando como parâmetros para a análise dos dados empíricos da pesquisa aportes teóricos do novo-desenvolvimentismo e *pro-market*.

Um dos mais recentes avanços do Programa Nacional de Alimentação Escolar foi a criação da Lei nº 11.947/2009, a qual garante que, no mínimo, 30% dos recursos destinados ao Programa pelo Fundo Nacional de Educação sejam investidos na compra de produtos da agricultura familiar. Com base nisso, o artigo de Rozane Marcia Triches e Fernanda Silvestri busca verificar até que ponto as chamadas públicas realizadas por prefeituras do Estado do Paraná mostram-se adequadas em relação ao público que pretendem alcançar e o quanto seu objetivo é atingido no que diz respeito à compra efetiva quando comparada aos produtos que solicita. Reconhecendo a relevância da juventude e o papel preponderante que ela desempenha

no processo de desenvolvimento rural, o estudo de Alessandra Troian e Raquel Breitenbach tem por objetivo identificar os projetos de vida dos jovens, filhos de agricultores familiares produtores de tabaco no município de Arroio do Tigre/RS. Laila Mayara Drebes, Tanny Oliveira Lima Bohner e Vicente Celestino Pires Silveira, por seu turno, analisam a influência do Estado, por meio da legislação e da política pública, na construção do suicídio como problema social em áreas rurais. Com base nos casos da agricultura familiar do Brasil, da China e da França, constataam que, pela via jurídica e política, o Estado interfere, direta e indiretamente, sobre a vida e morte de agricultores familiares.

Em seu artigo Danilo Bijos reexamina os mecanismos determinantes da obtenção e utilização dos recursos provenientes das transferências voluntárias no Brasil para destacar a importância dos atores e das instituições locais. Tradicionalmente, a literatura sobre política brasileira indica que os fortes desequilíbrios do sistema federativo, principalmente a dependência econômica e institucional das unidades subnacionais com relação ao governo central, e os incentivos produzidos pelo sistema proporcional, com lista aberta, induzem os parlamentares a cultivarem relações pessoais com seus eleitores mediante a provisão de benefícios locais geograficamente separáveis. As transferências voluntárias para os municípios, no entanto, não decorrem exclusivamente de emendas parlamentares e podem ser concebidas de modo mais amplo. Ao analisar o intrincado processo de obtenção e utilização das transferências voluntárias, o autor constata que há uma miríade de regras e procedimentos que requerem dos municípios um elevado grau de eficiência administrativa, sobretudo no trato das finanças públicas e das relações intergovernamentais, concluindo que o grau de desenvolvimento institucional dos municípios pode ser o fiel da balança no complexo processo que culmina na efetiva transformação de transferências voluntárias em bens e serviços públicos, colocando em xeque o diagnóstico que associa, de forma determinística, o maior volume de transferências voluntárias à patologia do clientelismo. A gestão pública também é o foco do artigo de Jovani

Augusto Puntel e Christine da Silva Schröder. Levando em conta que a eficiência, exigência básica na gestão empresarial, chegou à esfera pública, os autores analisam como se dá a relação entre planejamento governamental e participação social, tomando como referência o processo de elaboração e acompanhamento do Plano Plurianual Participativo (2012-2015) e as demais ferramentas de participação adotadas pelo governo estadual do Rio Grande do Sul no período de 2011 a 2014.

A proposta de consumo sustentável é um dos três principais objetivos do desenvolvimento sustentável e centra-se no atendimento às necessidades humanas, ao mesmo tempo em que busca estabelecer o respeito aos limites do ecossistema. Em seu artigo, Verônica Macário de Oliveira, Suzanne Erica Nóbrega Correia e Carla Regina Pasa Gomez analisam como inovações sociais, envolvendo práticas de formação de redes de comércio justo, cooperativas de alimentos, plataformas de negociação e permuta, bem como a criação de moedas locais, podem contribuir para a promoção do consumo sustentável, avaliando as possibilidades e os desafios inerentes a este processo. O artigo seguinte, de autoria de Cristiane Froehlich, Claudia Cristina Bitencourt, Cristine Hermann Nodari e Paola Schmitt Figueiró, buscou verificar se as inovações institucionalizadas em uma organização de saúde podem ser consideradas inovações sustentáveis, utilizando-se, para tanto, de um estudo de caso em um hospital privado de grande porte.

Analisar os mecanismos de apropriação do conhecimento em três universidades do Estado de Minas Gerais foi o propósito da investigação que resultou no trabalho de André Siqueira Rennó, André Luiz Zambalde, Ricardo Braga Veroneze e Dalton de Sousa, no qual é proposto um *framework* de propriedade intelectual e apropriabilidade em universidades. Considerando a importância da cooperação universidade-empresa para sistemas de inovação, o artigo de Hilka Pelizza Vier Machado e Rejane Sartori propõe-se a compreender a geração de conhecimento e de inovação no contexto de interação entre uma universidade pública e uma empresa industrial de porte médio. As discussões na literatura apontam para novas dinâmicas pro-

dutivas com a valorização da articulação dos agentes territoriais, como ocorre com os Arranjos Produtivos Locais (APLs), constituídos por um conjunto de agentes econômicos, sociais e políticos do território, que interagem em ações conjuntas visando ganhos de produtividade, com implicações diretas em relação ao capital social. Tendo isso presente, o artigo de Marcos Junior Marini, Gustavo Cristiano Sampaio e Gilson Ditzel Santos buscou analisar elementos do capital social de um APL da área vinícola, incluindo as relações sociais e a interação dos seus agentes.

O artigo seguinte, de autoria de Emerson Rogerio Moleta, Antônio Gonçalves de Oliveira e Anderson Catapan, analisa a viabilidade econômico-financeira da utilização do Cadastro Multifinalitário como instrumento de auxílio na gestão urbana e fiscal, tomando por referência um município de médio porte da Região Sul do Brasil. Já o trabalho de Marcia Zanievicz da Silva, Andréia Carpes Dani e Cleston Alexandre dos Santos busca verificar a relação da acreditação hospitalar com o isomorfismo institucional e com os artefatos tradicionais e modernos de contabilidade gerencial, em hospitais da Região Sul do Brasil. Por fim, utilizando-se do estudo de caso de um empreendimento do ramo hoteleiro, Camila Cristina Rodrigues Salgado, Ciliana Regina Colombo e Renan Felinto de Farias Aires fazem uma caracterização do Sistema de Gestão Ambiental, com foco na conciliação da competitividade privada com as necessidades de proteção ambiental exigidas pelo novo padrão de desenvolvimento.

Com a perspectiva de que os trabalhos despertem a curiosidade e atendam às expectativas dos leitores, a revista *Desenvolvimento em Questão* agradece a todos os que colaboraram para esta edição – autores, avaliadores, revisores, membros do Conselho Editorial – ao mesmo tempo que se coloca à disposição para receber novas contribuições que se proponham a alimentar o debate, tanto no sentido de reforçar ideias, responder criticamente posicionamentos teórico-metodológicos utilizados pelos nossos colaboradores para